



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA
72ª
(SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 24 DE AGOSTO DE 2006.

54
24
—
78 bandas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	1

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 164, de 31/8/2006, juntamente com a ata sucinta da 72ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Srs. Parlamentares, apreciaremos hoje, em segundo turno, um projeto de autoria do Governo. Como ainda não temos *quorum* para votação, suspenderei a sessão por trinta minutos.

Está suspensa a presente sessão.

(Suspensa às 15h04min, a sessão é reaberta às 15h45min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Sob a proteção de Deus, está reaberta a sessão.

Convido o Deputado Gim Argello a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	3

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 164, de 31/8/2006, juntamente com a ata sucinta da 72ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Dá-se início à

ORDEM DO DIA

Item único:

Discussão e votação, em 2- turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 2.479, de 2006, de autoria do Poder Executivo, que "dispensa parcialmente o pagamento de créditos tributários relacionados com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação nas condições que especifica, e dá outra providência".

DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Concedo a palavra a V. Exa.

DEPUTADO IZALCI (PFL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como não tivemos Comunicados de Líderes, eu gostaria de fazer algumas considerações sobre um assunto que saiu hoje no *Correio Braziliense*. A matéria diz que a Governadora teria dito o seguinte com relação àquele veto que nós derrubamos aqui nesta Casa: "*Não tem recurso. Não vou poder cumprir, não tenho dinheiro e a lei eleitoral não permite. Se eu*



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	4

pagar o aumento posso pegar de seis meses a um ano de prisão, comentou Abadia". Está, hoje, no *Correio*.

O que eu quero recordar é que, quando ocorreu a votação deste veto, foi aqui comunicado como orientação do próprio Governo, do Secretário Parlamentar, que era orientação da Governadora derrubar o veto ao projeto de interesse dos servidores. Era esse o comunicado que eu queria passar.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Eu gostaria de convocar os Parlamentares que se encontram na Casa para virem ao plenário para início da votação.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este Plenário aprovou a realização, na tarde de hoje, de uma comissão geral proposta pelo nobre Deputado Peniel Pacheco e pela nobre Deputada Erika Kokay. Há um acordo para que se vote esse projeto como o único item da Ordem do Dia diante da necessidade nacional.

Então, o que eu queria pedir a V.Exa. é que nós pudéssemos votar esse item e passar imediatamente para a comissão geral. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	5

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero comunicar à Casa - aproveito para convidar todos aqueles que apoiam o Presidente Lula - a minha satisfação de poder, enquanto morador da Ceilândia, receber no próximo dia 6, véspera de feriado, a partir das 18h, na nossa cidade, na Praça da Administração, o atual Presidente e candidato à reeleição Luiz Inácio Lula da Silva, que estará no comício, juntamente com a Deputada Aríete Sampaio.

Esperamos levar a população dessa Região Administrativa e a de todo o Distrito Federal para que dêem o seu apoio, Quero, inclusive, convidar o Deputado Gim Argello, que é Presidente do PTB, um partido da base de apoio do Presidente Lula.

Esse, Sr. Presidente, é o motivo da minha satisfação, o motivo de estar me sentindo, hoje, bastante leve.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já que foi colocada a questão eleitoral do Distrito Federal em tela, percebo que há uma mudança de comportamento das coligações e de seus candidatos que estarão disputando a vaga de Governador do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	6

Ontem, o programa da candidata Aríete Sampaio entrou em uma linha de confronto com o candidato que eu, **particularmente**, estou apoiando, que é o Deputado José Roberto Arruda. A partir de **agora**, Sr. Presidente, pretende-se fazer uma **confrontação**, não no nível de propostas para o Distrito Federal, mas no nível de companhias e de conteúdo de cada uma das candidaturas.

Eu gostaria - talvez não seja este o momento adequado - de, na próxima sessão, relembrar o relatório contundente do Procurador-Geral da República, designado pelo Presidente Lula, que levou ao conhecimento do Supremo Tribunal Federal a sua proposta de indiciamento dos quarenta integrantes da quadrilha que foi formada para saquear o orçamento público.

Desde já, noto que teremos, na Câmara Legislativa, a discussão de propostas, para o Distrito Federal, apresentadas pelo candidato defendido por **nós**, José Roberto Arruda, avaliando, no contexto do país, as companhias que estarão nas candidaturas de cada um dos proponentes ao Governo do Distrito Federal.

Lamento não discutirmos os dramáticos problemas concretos da Capital da República, Deputado Aguinaldo de Jesus e Deputado Peniel Pacheco, meus companheiros nesta aliança de apoio ao Deputado José Roberto Arruda. Acho que esse Deputado cometeu um erro crucial. O erro, aliás, é manter o sigilo, o voto secreto para decisões que devem ser do conhecimento de toda a sociedade brasileira. Não deveria, há muito tempo, existir voto secreto nas questões que envolvem decoro parlamentar.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Deputado Augusto Carvalho, temos em **pauta**, nesta Casa, projeto de lei do nobre



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	7

Deputado Chico Leite, que acaba com o voto secreto. O voto secreto não deveria existir. O único voto secreto seria o do eleitor ao escolher o seu candidato. Concordo com V.Exa. e peço o seu apoio ao projeto do Deputado Chico Leite.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já tem o meu apoio desde o primeiro momento.

Aliás, já tarda a decisão deste Plenário. V.Exa. tem a decisão monocrática de colocar a matéria em votação para que Brasília a irradie para o Brasil inteiro, antes do Congresso Nacional, que, em sua pusilanimidade, tem hoje 180 Deputados e Senadores citados e envolvidos em processos. Até que decidam quebrar o decoro parlamentar, poderíamos dar ao Parlamento nacional este exemplo: o de que Brasília não tem medo do voto aberto. Acho que está tardando por parte da Mesa Diretora colocar em votação projeto de tal significância.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Quero fazer uma pequena correção: já foi instituída comissão para verificar a matéria. Eu não poderia colocá-la em pauta hoje porque a matéria ainda está sendo trabalhada.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO - Sr. Presidente, se V.Exa. se ativer aos termos regimentais, nós poderemos apreciar matéria de tal relevância no rito sumário, até porque esse é o clamor da sociedade brasileira, não só a do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Para deixar V.Exa. feliz, se houver esse entendimento por parte da Liderança, o projeto



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	8

será apreciado. Não o será antes porque o tempo não o permitiria, mas, com certeza, votaremos na primeira sessão que houver.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO - Sr. Presidente, quanto à questão do voto secreto, que foi a raiz das dificuldades passadas pelo então Senador José Roberto Arruda, quero dizer que, depois, S.Exa. teve uma atitude rara para um político deste país ao pedir desculpas ao povo do Distrito Federal e de todo o país. S.Exa. foi consagrado em seu retorno com uma votação recordista em termos proporcionais. Entendo, portanto, que esse erro capital foi redimido, superado, por essa absolvição que o povo lhe conferiu nas urnas das eleições de 2002.

Entretanto, se querem colocar essa questão como fundamental e obnubilar todas as propostas coerentes e consistentes para enfrentar os graves problemas da Capital da República, nós faremos aqui um debate de alto nível e não a baixaria apresentada ontem no programa da candidata alternativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Neste momento, retomamos a apreciação do Projeto de Lei nº 2.479, de 2006.

Informamos que foram apresentadas três emendas de segundo turno.

Solicito ao Relator, Deputado Paulo Tadeu, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 2.479, de 2006, de autoria do Poder Executivo, que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	9

"dispensa parcialmente o pagamento de créditos tributários relacionados com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação nas condições que **especifica**, e dá outra providência".

Sr. Presidente, a Emenda nº 1 dispõe:

"Acrescente-se ao artigo 3 do projeto o seguinte inciso VI:

VI - presente declaração que os valores pagos em decorrência dos benefícios desta lei, não serão repassados aos consumidores."

Sr. Presidente, a Emenda nº 2 define:

"Acrescente-se ao artigo 3 do projeto o seguinte inciso VII:

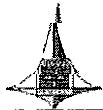
VII - efetue o recolhimento dos valores de que trata esta Lei em moeda corrente nacional."

Sr. Presidente, a Emenda nº 3 dispõe:

"Acrescente-se o art. 10 ao Projeto de Lei, renumerando-se os seguintes:

Art. 10. O consumidor que tenha pago faturas relativas aos serviços de que trata o art. 1º, nas quais constem alíquotas de ICMS superiores às previstas no art. 2º e nos períodos mencionados, terão direito ao ressarcimento dos valores pagos indevidamente, nos termos do parágrafo único do art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de dezembro de 1990.

Parágrafo único - Compreendem-se por valores pagos indevidamente a diferença apurada entre as alíquotas de ICMS registradas nas faturas pagas pelos consumidores e aquelas mencionadas no art. 2º dessa lei."



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	10

Sr. Presidente, analisadas as referidas emendas, nosso parecer é pela aprovação, já que não há qualquer óbice de caráter orçamentário ou financeiro.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados. ✓

Solicito ao Relator, Deputado Chico Vigilante, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre as Emendas de Plenário n.ºs 1 e 2, de segundo turno, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, ao Projeto de Lei n.º 2.479/2006.

Sr. Presidente, a Emenda n.º 1 de segundo turno, do ponto de vista da constitucionalidade, da regimentalidade e da boa técnica legislativa, preenche os requisitos; portanto, está acatada. O parecer é favorável.

Quanto à Emenda n.º 2, do ponto de vista da *regimentalidade*, da técnica legislativa e da constitucionalidade, também não há nada que obste sua tramitação; portanto, nosso parecer é favorável.

Parecer sobre a Emenda de Plenário n.º 3, de autoria do Deputado Izalci, do PFL, ao Projeto de Lei n.º 2.479/2006. Do ponto de vista



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	11

da regimentalidade, da técnica legislativa e da constitucionalidade, nosso parecer também é pelo seu acatamento.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Em discussão o parecer da CCJ.

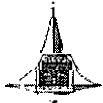
Concedo a palavra ao Deputado Izalci.

DEPUTADO IZALCI (PFL. Para discutir. Sem revisão do orador.)

- Sr, Presidente, eu apresentei essa emenda para amenizar o prejuízo do consumidor, porque é uma remissão de mais de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais). Isso é um "cheque em branco" para o Governo, porque não foi apresentado qualquer impacto disso e não sabemos exatamente quanto o Governo irá arrecadar ou quanto já arrecadou e qual é exatamente o valor que está sendo questionado na Justiça. Não sabemos de nada disso e estamos votando dessa forma.

Mas eu queria, na prática, pontuar uma posição do PFL: o PFL está votando uma matéria sobre a qual não houve acordo entre os Líderes. Então, fica muito claro que, a partir de agora, mesmo não havendo acordo da Liderança, poderemos votar qualquer projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Deputado Izalci, eu gostaria de explicar a V.Exa. que precisamos de acordo para que as matérias entrem em pauta. Estando na pauta e havendo a vontade da maioria, a matéria será votada, senão, isso não seria uma democracia, seria ditadura. Para entrar na pauta, todos os Líderes têm que acordar; para ir à votação, deve haver o acordo da maioria, porque, senão, não seríamos uma democracia. A democracia é a vontade da maioria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	12

DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, o PFL não foi consultado quando da entrada na pauta, com relação a esse projeto. Se tivesse sido consultado, não teria concordado.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar ao nobre Deputado Izalci que, ontem, Deputados do PFL votaram a favor dessa matéria. Então, houve, sim, acordo com o PFL.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Deputado Paulo Tadeu, com certeza, houve acordo. O próprio Deputado Brunelli votou favoravelmente à matéria.

DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO IZALCI (PFL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não foi o PFL, foi um integrante do PFL. A Liderança não concordou em colocar o projeto na pauta, nem em votá-lo, tanto é que não estava aqui. Fez obstrução legal.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Deputado Izalci, isso é normal e legal. Também faz parte da democracia.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	13

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados. ✓

Em discussão, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.479, de 2006.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	14

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis, 1 voto contrário. Houve 6 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO GIM ARGELLO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Concedo a palavra a V.Exa,

DEPUTADO GIM ARGELLO (PTB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 2.479, de 2006, de autoria do Poder Executivo, que "dispensa parcialmente o pagamento de créditos tributários relacionados com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação nas condições que especifica, e dá outra providência".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	15

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO IZALCI (PFL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mais uma vez, solicito a V.Exa. que o Deputado que auxiliar a Mesa, como Secretário, não chame os Deputados faltosos. Estamos em processo de votação e a obstrução, como já foi dito aqui diversas vezes, é regimental. Não temos de ficar chamando os Parlamentares que estão na saia do cafezinho ou fora dele. Vota quem estiver no plenário. Isso é o correto.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Deputado Izalci, a obstrução tem de ser informada à Presidência, senão será considerada falta.

DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, até um determinado momento tínhamos 16 Parlamentares nesta Casa, sendo que 15 votaram a favor da matéria e um contra ela. Naquele momento, a matéria teria sido votada e rejeitada. Mas ficamos chamando, chamando...

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Dois Parlamentares ainda não haviam votado e os dois apareceram na porta e solicitaram-me para ter calma, o que significava que ainda dariam o seu voto: favorável à matéria ou não. E assim o fiz. Pelo que me lembro das votações anteriores chamamos os Parlamentares que não estão presentes, seja a matéria de interesse de um Parlamentar, de outro ou do Governo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	16

Portanto, isso é normal nesta Casa. Acredito que V.Exa. não se lembre disso porque, para poder implementar a Cidade Digital, se afastou por um determinado período do convívio dos seus amigos Parlamentares. Mas essa é uma prática desta Casa.

DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, levarei em consideração o que V.Exa. está dizendo.

DEPUTADO GIM ARGELLO - Deputado Izalci, aceito as desculpas de V.Exa., tendo em vista que não foi comunicado a ninguém que se estava obstruindo a votação.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, seria interessante que o Deputado Izalci, que se dispõe a ser Deputado Federal, começasse a aprender como funciona a Câmara dos Deputados. Algumas vezes, quando fui Deputado Federal, esperei até uma hora para completar o *quorum*. Eu ficava o tempo todo chamando os Parlamentares. O Presidente tem o poder de encerrar a sessão na hora que achar que deve. Portanto, o Secretário, Deputado Gim Argello, agiu corretamente.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	17

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, é incoerente o Líder do PFL falar da obstrução quando, em verdade, S.Exa. representa os Parlamentares da sua bancada e não foi informado disso. Inclusive, como Líder, S.Exa. estava aqui e votou a matéria. Portanto, não há obstrução e isso não foi comunicado a ninguém.

Sr. Presidente, lembro a V.Exa. que na terça-feira foi aprovado requerimento para realização de uma comissão geral hoje. Várias pessoas estão há mais de uma hora aguardando o encerramento desta sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Deputada, não o faço neste instante, pois V.Exa. está com a palavra.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, se soubesse disso não teria feito uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Não tenho a menor dúvida.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em um primeiro momento, quando essa questão foi colocada em debate, posicionei-me favoravelmente a ela, até porque foi uma decisão do colegiado de Secretários de Fazenda do país. Não tenho a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	18

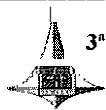
mínima simpatia pelas empresas de telefonia do nosso país, vilãs principais das reclamações dos consumidores junto aos Procons, mas quando falamos desta tribuna que hoje há uma tentativa de partidarização, de politização de qualquer decisão deste Plenário que favoreça candidato "a", "b", ou "c", a partir de agora, eu, o Deputado Peniel Pacheco e o Deputado Aguinaldo de Jesus examinaremos com muito cuidado qualquer proposta para que não seja, Deputado Izalci, como vimos ontem, no programa veiculado na televisão, de afronta, de baixaria contra um candidato, como foi o caso do nosso candidato José Roberto Arruda. Aquilo que vier a ser colocado como instrumento, utilizando-se propostas em tramitação nesta Casa como carapaça ou dissimulação, examinaremos com muita atenção.

Eu gostaria de dizer a V.Exa., Sr. Presidente, que se não fosse o placar de 15 a 1, que já consumaria a derrota do Governo, não estaríamos votando esta matéria hoje, até para que aqueles que querem politizar decisões levem em consideração o interesse maior do Distrito Federal, da população da Capital da República, para que as visões dessas pessoas não prevaleçam.

Muito obrigado.

DEPUTADO PENIEL PACHECO - Sr. Presidente, não sei se ainda está em tempo, mas, quando votei, pedi para fazer declaração de voto, que ainda não me foi concedida. Solicito a palavra para fazer declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Concedo a palavra ao Deputado Peniel Pacheco para declaração de voto. Como V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	19

também está preocupado com a realização da comissão geral, peço que seja breve. Agradeço o bom entendimento de V.Exa.

DEPUTADO PENIEL PACHECO (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, à semelhança do Deputado Augusto Carvalho - até estávamos conversando na sala do cafezinho a respeito desta matéria -, devo dizer que já votamos favoravelmente a essa matéria no primeiro turno, porque entendemos que outros estados tiveram permissão, por meio do Confaz, para realizar essa remissão e doravante passar a cobrar pelo ICMS dos serviços prestados pelas empresas de telecomunicações na área de Internet.

No entanto, votamos no segundo turno e fomos surpreendidos...

O Deputado Izalci está querendo desviar a atenção de V.Exa., Sr. Presidente.

Eu gostaria de trazer uma preocupação que se fez presente nos momentos anteriores a essa votação. A preocupação é que projetos dessa natureza, que interessam ao Governo do Distrito Federal, que interessam ao Distrito Federal como unidade federada, estavam sendo utilizados como uma moeda de negociação para troca de farpas entre candidaturas. Seria selado um acordo entre PT e PMDB para "detonarem" - essa é a expressão - candidaturas de outros partidos.

Sinceramente, esse assunto me preocupa, porque, até agora, temos nos posicionado politicamente e não partidariamente. Matérias do Governo, às quais, em tese, não seríamos favoráveis, realmente não o somos. Àquelas com as quais concordamos, independentemente de serem do Governo, temos votado favoravelmente. Agora, se houver uma politização



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	20

eleitoral desse debate, como uma forma de conquistar a simpatia de partidos que, na disputa das ruas, se digladiam, mas aqui fazem alianças para tentarem detonar ou prejudicar outras candidaturas, eu não concordo com esse expediente e terá o meu veemente protesto, inclusive com obstrução de votação, se for o caso.

Digo mais, Sr. Presidente, todos sabemos que a candidatura mais vulnerável neste país é a do candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Pelo que tenho percebido no âmbito nacional, os partidos, de um modo geral, com exceção daqueles mais radicais, não têm baixado o nível da discussão política. O horário eleitoral tem sido utilizado para discutir idéias. Aliás, li recentemente que a liderança de um dos partidos reclamava que um candidato à Presidência não batia no outro. Parece-me que a eleição nacional está em rumo de cordialidade e a eleição local ganhou ontem o primeiro *round* de uma tentativa de baixaria com a qual não concordo.

Sr. Presidente, quero dizer em alto e bom som que esta Casa tem de passar nas votações à margem desses processos e dessas alianças espúrias. A aliança que apoia oficialmente um candidato e quer se juntar para conquistar o poder é até compreensível; porém, partidos que se opõem publicamente a ele, mas nos bastidores articulam, engendram uma estratégia para tentar torpedear outras candidaturas, não têm o meu aval e terão meu veemente repúdio.

Faço esse apelo às Lideranças desta Casa - Deputado Paulo Tadeu, Deputada Ivelise Longhi, Deputado Augusto Carvalho e Deputado Izalci - e aos demais Deputados. Se temos de tratar as questões de matérias de interesse desta Casa e da sociedade do Distrito Federal, não vamos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	21

misturar as coisas. Conseguir voto aqui dentro por meio de uma aliança para ajudar a destruir outras candidaturas é ilícito, é sujo, é covarde e é inaceitável.

Fica aqui o meu registro, Sr. Presidente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não sei de onde o Deputado Peniel Pacheco, um homem de bem, um pastor evangélico, tirou essa idéia de aliança espúria aqui dentro.

O Partido dos Trabalhadores não fez aliança nenhuma com o PMDB. O Partido dos Trabalhadores vota de acordo com a consciência da bancada e de acordo com os interesses maiores da população do Distrito Federal - e isso sempre deixamos claro, Deputada Ivelise Longhi.

Tive oportunidade de dizer à Governadora Maria de Lourdes Abadia, na inauguração do *campus* da Universidade de Brasília, que os seis Deputados do PT votariam nesta Casa todos os projetos de interesse da sociedade. Não vamos permitir que, no Distrito Federal, alguns partidos façam com Maria de Lourdes Abadia o mesmo que estão fazendo com Lula em nível nacional. Deixamos claro que isso não vamos aceitar. Portanto, não há aliança.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	22

E estratégia eleitoral, Deputado Peniel Pacheco, é nossa. Não inventamos absolutamente nada. Publicamos, no programa do Partido dos Trabalhadores, tudo o que está publicado nos jornais *Correio Braziliense*, *Jornal de Brasília* e *Tribuna* e nos demais jornais do Distrito Federal, bem como no *O Globo*, na *Folha de S.Paulo*; enfim, em todos os jornais. Deputado Paulo Tadeu, não inventamos uma vírgula sequer, porque não inventamos nada. Apenas publicamos o que já estava publicado nos jornais. O candidato de quem se falou ontem nunca reclamou aos jornais: não processou a *Folha de S.Paulo*, não processou o *Correio Braziliense*, não pediu direito de resposta. Portanto, foram verdadeiras as afirmações. E quem disse que ele não estava qualificado para ser presidente pelo erro que tinha cometido não fui eu. Foi ele, numa entrevista gravada para uma jornalista da mais alta reputação, a Ana Maria Campos - que está aqui neste momento. Eu tenho culpa se alguém grava uma entrevista e se enrola? E nós, de maneira inteligente, usamos a entrevista.

Agora, quem quer politizar essa discussão é quem a está trazendo para o plenário da Câmara Legislativa. Nós não a trouxemos! Dizer que votaria no projeto e em seguida que não votaria mais em função do programa de ontem? Paciência! Isso é uma dose cavalari! Só porque apresentamos o programa ontem, o projeto já não presta mais? Só se nós do PT fôssemos muito burros e o PMDB fosse idiota para fazer um acordo, para detonar, sabe... Isso não existe do ponto de vista da **estratégia eleitoral**. Temos um objetivo, que é colocar a Deputada Aríete Sampaio no segundo turno e depois ganhar as eleições. Há quem não concordou ontem com o programa. Mas o PDT, Deputado Peniel Pacheco, não faz parte da aliança



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	23

do Sr. José Roberto Arruda. Não sei por que V.Exa. vem aqui com tanta veemência para defendê-lo, se oficialmente ele não faz parte dessa aliança. O PDT está livre. Não sei por que V.Exa. vem aqui com essa defesa e com esse ataque ao Partido dos Trabalhadores e ao Presidente Lula.

Não vejo ninguém que tenha combatido mais a corrupção neste país do que o Presidente Lula. É só verificar. Algumas pessoas do PT e do PPS foram para a cadeia. Um candidato do PPS a vice-presidente teve que desistir da candidatura porque está preso aqui na Polícia Federal. Era chefe da Casa Civil de Rondônia e está preso na Polícia Federal do meu país, pois esta, sob a gestão do Presidente Lula, não perdoa ninguém. Quem errou que arque com seus erros.

Não somos nós que viemos aqui politizar essas coisas. São V.Exas. que querem falar mal do Governo do Presidente Lula.

(Assume a Presidência o Deputado Chico Floresta.)

DEPUTADA IVELISE LONGHI - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA IVELISE LONGHI (PMDB. Sem revisão da oradora.)
- Sr. Presidente, pela Liderança do Governo, eu gostaria de dizer que em nenhum momento houve qualquer tipo de conluio para se buscar aprovação politizando a matéria. O assunto era de extrema relevância e trouxe três dias



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	24

seguidos o Sr. Secretário da Fazenda a esta Casa para S.Exa. poder tirar as dúvidas que persistissem no projeto.

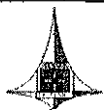
Este é um projeto que vai trazer benefícios à comunidade do Distrito Federal. Portanto, deixa-nos extremamente surpresos alguém dizer que haveria alguma negociação entre o PMDB e o PT para aprovar ou lutar contra "a", "b", "c" ou "d", já que no próprio PMDB temos divergências em relação ao candidato a governo.

Então, seria muito estranho saber que nós do PMDB, mesmo divididos e com divergências em relação aos candidatos, estaríamos fazendo um movimento para apoiar "a", "b" ou "c" aqui dentro. Esta Casa tem que ter muita responsabilidade e discutir as questões do ponto de vista do que é bom para a sociedade. Estamos aqui justamente para avaliar se o projeto é viável ou não. Mas não podemos achar que um projeto é bom num momento e, em outro, achar que não é mais interessante. Aí - eu acho - haveria alguma maquinação por trás disso.

Temos que realmente olhar para a sociedade, para o que ela está pensando, e avaliar suas necessidades. Tenho certeza de que, por parte da Liderança de Governo, sempre será buscado o consenso com base no que é correto e digno e no que a sociedade do Distrito Federal espera de nós.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	25

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO IZALCI (PFL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, falo com relação a dois pontos que foram aqui expostos. Em primeiro lugar, o programa de ontem. O PT não pode ficar escolhendo apenas algumas coisas para colocar no programa. Ele deveria colocar no programa o que aconteceu com o Vice-Presidente do PT no Distrito Federal, que está envolvido no "valerioduto"; deveria colocar nos jornais - se fosse a referência o jornal - o que mais foi notícia nesses últimos três anos, que foi a corrupção do Governo Federal, o PT envolvido em todas as ações de corrupção. Por que não passou isso no programa eleitoral? Por que não passou o episódio do José Dirceu? Por que não passou o episódio do "Lula não sabia"? Mas está lá o filho dele! Por que não colocaram isso na televisão? Então, não se pode escolher apenas algumas coisas.

A questão do nosso próximo Governador já foi julgada pela comunidade do Distrito Federal e obteve a maior votação do país. Então, não aceito esse tipo de coisa. O PT deveria apresentar propostas de projetos: o que vai fazer e como vai fazer.

Com relação a essa proposta que aprovamos hoje, não há nada aqui que beneficie o consumidor. Muito pelo contrário! Essa emenda que foi apresentada é para amenizar o prejuízo do consumidor, que pagou de 2002 a 2004, e ainda está pagando. Agora a empresa vai ressarcir alguma coisa que o consumidor pagou e não receberá de volta. É uma remissão de mais de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), e o PT, Deputado Paulo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	26

Tadeu, sempre exigiu que nos projetos como esse houvesse o impacto ambiental, o impacto financeiro, dados, elementos para votar. E aqui essa matéria foi votada sem nenhum elemento de convicção. E eu, portanto, continuo discordando de que esse projeto é um mal para a sociedade do Distrito Federal.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que me sinto extremamente constrangida no dia de hoje. Tínhamos marcado uma comissão geral e tivemos aqui a presença de várias pessoas relevantes na discussão proposta de implementação do Estatuto do Idoso no Distrito Federal - relevante para o conjunto da sociedade e para a construção de uma cultura de direitos humanos e de cidadania.

Estivemos aqui com o Secretário Nacional de Direitos Humanos, ligado à Presidência da República, o qual coordenou toda a Conferência Nacional em Defesa dos Direitos dos Idosos. Ele se dispôs a desmarcar um compromisso - é um dos organizadores da Conferência das Américas em Defesa dos Direitos Humanos - para vir a esta Casa. Esteve aqui esperando por uma hora e meia para que realizássemos a comissão geral. Esta Casa negou o que aprovou na terça-feira e a comissão geral não se realizará - de forma vergonhosa, eu diria, para a Câmara Legislativa do Distrito Federal -



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	27

porque as pessoas que estavam aqui dispostas a fazer a discussão tiveram de se retirar.

Em segundo lugar, nunca imaginei que a verdade doesse tanto. O que apareceu no programa do Partido dos Trabalhadores no dia de ontem foi a mais genuína verdade. Foi apenas a lembrança a um povo que, muitas vezes, tem memória curta sobre tudo o que foi declarado e que está sendo escondido pelo atual candidato a Governador do Distrito Federal. Alguns acham que violar um painel talvez não tenha nenhuma importância. Alguns acham que violar painel é algo de importância diminuta e que negar essa violação e chorar não diz respeito ou não é de nenhuma relevância à sociedade de Brasília. Eu diria que Jurandir Freire Costa, um dos maiores psicanalistas deste país, tem razão ao dizer que a verdade deve ser uma pauta e um caminho a ser perseguido sempre. Errar é inegavelmente humano. Agora, negar e mentir que cometeu desvio de tamanha natureza...

Com certeza não se violou o painel por mera curiosidade. Não se violou o painel porque se gostaria de saber como votavam os Senadores naquela ocasião. Violou-se o painel - cometendo-se uma infração, a meu ver, extremamente grave - para que se pudesse ter elementos de poder a serem barganhados, sabe-se lá Deus como.

Por isso, Sr. Presidente, não houve inverdades no dia de ontem. Foi apenas um relembrar, um avivar da memória embrutecida e talvez anestesiada da população desta cidade. O povo precisa saber e ter bastante claro quais são as pessoas que estão disputando o Governo do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	28

Temos muito orgulho de dizer que a nossa **candidata**, **Ariete Sampaio**, pautou a sua vida política na verdade e na coerência: não diz e desdiz; não chora e nega que violou o painel e depois diz, como disseram em um programa de televisão, **que**, se não tivesse descoberto que havia realmente a violação do painel, a sociedade nunca saberia a verdade absoluta. E digo que essa verdade pauta o posicionamento da bancada do Partido dos Trabalhadores. Não admito aqui que digam que a posição do Partido dos Trabalhadores nas mais diversas matérias é casuística ou influenciada por uma variável que não diz respeito às matérias que estamos apreciando nesta Casa.

Nós do Partido dos Trabalhadores, várias vezes, estivemos aliados com o PFL, quando **entendíamos** que era necessária essa aliança para derrubar ou aprovar projetos de interesse da sociedade. Nunca fomos acusados por esses que aqui nos acusam de fazermos acordos espúrios, até porque defendíamos as mesmas posições.

O Partido dos Trabalhadores não se posiciona sem analisar todas as matérias. Sempre se posiciona na mais absoluta independência. Da mesma forma que impedimos o BRB de aportar recursos em Corumbá IV, da mesma que impedimos que o PDL do Gama carregasse as anomalias e os interesses individuais na sua versão original, estivemos aqui aprovando um projeto **que**, pela nossa avaliação técnica e política, é de relevância para o conjunto da sociedade.

Essa é a nossa postura. Amanhã estaremos com a mesma postura: a de analisar todas as matérias, de formar uma opinião técnica, uma opinião política em consonância com os interesses da sociedade para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	29

votarmos de forma independente, votarmos a partir dessa consciência estabelecida.

Infelizmente, alguns vêm aqui defender a não-verdade. Alguns vêm aqui defender pessoas e personalidades públicas que possam cometer esse tipo de infração. Não é a postura do PT. Todos os envolvidos do Partido dos Trabalhadores em atos que envergonham a história e a origem do Partido dos Trabalhadores foram punidos por este mesmo Partido dos Trabalhadores.

Portanto, temos a consciência muito tranqüila ao dizer que não é esse o partido que elabora acordos que não podem ser ditos. Não é esse o partido que tem postura espúria em seu posicionamento em plenário. Hoje estamos votando junto com o PMDB. Amanhã poderemos votar contra, de acordo com as matérias que estarão na pauta.

Por isso, Sr. Presidente, tenho orgulho muito grande de ser do Partido dos Trabalhadores.

DEPUTADO PENIEL PACHECO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra a V.Exa.

Eu gostaria de informar que a Presidência terá um posicionamento igualitário em relação ao tempo concedido aos Srs. Parlamentares.

DEPUTADO PENIEL PACHECO (PDT. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente, pela condescendência.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	30

Sr. Presidente, às vezes, eu ouço alguns discursos inclusive sobre psicologias e nome de pessoas de renome, tentando, de alguma maneira, resgatar uma premissa que não existe mais: a premissa de que o Partido dos Trabalhadores é o dono da verdade. Já foi o tempo. Quem busca a verdade não a esconde debaixo do tapete. Quem busca a verdade não diz que caixa dois é coisa normal. Quem busca a verdade não afirma que os amigos têm o direito de agir de maneira desleal só por serem leais. Não pode agir de forma desleal, irregular e ilegal só porque diz que é leal. Defender a lealdade a qualquer preço não é buscar a verdade, Deputada Erika Kokay.

Se queremos a verdade, esperamos que ela apareça e não a verdade do "valerioduto", que sangrou os recursos da União, que poderiam ser destinados à saúde, à educação, à solução dos problemas graves que assolam o nosso país, como a fome, que ficou no zero até hoje.

Então, se é para buscar a verdade, vamos buscar a verdade do sanguessuga, que envolveu, inclusive, alguns dos principais partidos de apoio ao atual Governo, mas tudo está debaixo do tapete. Se é para buscar a verdade do candidato que foi eleito nas últimas eleições porque mexeu no painel, e confessou que mexeu, obtendo uma votação como nunca houve na história, por que o Partido dos Trabalhadores deixa o Wilmar Lacerda, que é réu confesso de ter recebido dinheiro do "valerioduto", ser agora candidato a Deputado Federal?

A verdade é a seguinte, Deputada Erika Kokay: hoje o PT tem vergonha do PT, e a prova está em que já nem usa mais a estrelinha. Nem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	31

no programa eleitoral está tendo coragem de colocar a marca do partido que, outrora, era o símbolo da pureza no nosso país.

A verdade não é só a sua verdade, Deputada. A verdade é plena, não é partidária. A verdade é suprapartidária. Se há erros cometidos por algum político, o que deve ser denunciado na televisão, para ser justo, é preciso denunciar os erros de uns e reconhecer os erros dos outros. Isso é verdade, mas falta dignidade em algumas pessoas para fazê-lo.

Então, vamos pensar: o que é a verdade? Talvez a política brasileira esteja precisando disso mesmo: um discurso. Vamos encontrar a verdade. Onde ela está? Onde está a verdade?

Quando eu trago a este plenário a informação que chegou até nós, ali no cafezinho, de que poderia estar havendo - eu não disse que estava, eu disse que poderia estar havendo - uma articulação para dois partidos que têm chance de ir para o segundo turno se unirem para tentar desacreditar um candidato que hoje estaria à frente nas pesquisas (não citei nomes nem citei legendas), a carapuça serviu tão rapidamente que eu acho que nem precisaria haver outra verdade. Não era preciso provar, por causa da reação. Como diz V.Exa., a verdade dói. A reação foi a prova de que há suspeitas fortes em torno desse assunto.

Então, vamos fazer esse debate! Se é para politizar as votações das matérias nesta Casa — eu quero evitar isso —, vamos fazê-lo buscando mais profundamente a verdade, que está acima daquilo que cabe na minha cabeça e na cabeça de outros Parlamentares. Não é a verdade de alguns que vêm aqui e, como galos garnisé, se ensandecem para fazer discurso e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	32

depois correm para não ouvir o outro lado da verdade. Isso não é verdade; isso é máscara; isso é farsa; isso é fuga.

Vamos discutir a verdade! Eu topo esse debate. A partir de hoje, aceito o desafio de trazeremos para esta tribuna toda a verdade a respeito da eleição no Distrito Federal. E digo mais: quem está do lado da verdade não agride; quem está do lado da verdade não bate. Eu não estou agredindo, eu estou usando as palavras de V.Exa. Quem está do lado da verdade não bate; quem está do lado da verdade não tenta derrubar o outro por meio da farsa; quem está do lado da verdade segue seu caminho tranqüilo e sereno, sem precisar transformar eleições em ringue.

Fica o meu registro, Sr. Presidente.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra ao Deputado Augusto Carvalho.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu já tinha me dado por satisfeito quando ouvi, nesses dias todos, colegas Deputados jactando-se desta tribuna dos bons resultados do Governo Federal e das propostas das suas candidaturas ao GDF. Eu estava no meu canto, sempre respeitosamente apreciando as avaliações de cada um.

Entretanto, não posso deixar de vir a esta tribuna para ripostar o meu colega Deputado que veio aqui e falou e xingou e falou alto e berrou como sempre. Falou inclusive de candidatos do PPS que estariam envolvidos em problemas de natureza ética.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	33

Sr. Presidente, em respeito a V.Exa., digo que o Partido dos Trabalhadores tem bons Parlamentares, como meu dileto amigo Deputado Paulo Tadeu e V.Exa., duas honrosas exceções que me fazem querer somar-me à Deputada Aríete Sampaio, digna candidata de seu partido ao governo. Deputado Pedro Passos, eu gostaria de dizer que o nosso convívio com o Partido dos Trabalhadores sempre tem sido pautado no respeito às diferenças, que são absolutamente legítimas no processo democrático. Essa crise dramática que o país vive leva a nossa juventude, principalmente, ao recurso do voto nulo, para manifestar o seu repúdio a essa crise moral e ética, sem precedentes na história da República.

Eu acho, Deputado Chico Floresta, com todo respeito ao seu partido, que todos os partidos poderiam ter cometido todos os delitos, todas as irregularidades de que são acusados, menos o Partido dos Trabalhadores, porque botava o dedo na cara de todo mundo e arvorava para si a primazia da ética, a exclusividade da correção. E exatamente o comando maior do PT - Gushiken, José Dirceu, a "nomenklatura" que comanda o Partido dos Trabalhadores em nível nacional, íntima do Presidente Lula - é que levou esse Governo, o governo da esquerda, a um nível de desmoralização absoluta. Foram eles os responsáveis. Não foi qualquer delinqüente de esquina. Não foi Delúbio Soares que começou a bandalheira lá. Citemos o César Benjamin, fundador do Partido dos Trabalhadores, que escreveu um *belíssimo* artigo, *O Ovo da Serpente*, sobre quando ele comunicou ao então Presidente do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, os delitos que aquele delinqüente cometia no comando do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador, Ali já se percebiam a

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	34

mão suja daquele cidadão e a forma como ele operava. No entanto, segundo as palavras de César Benjamin, um intelectual respeitado, hoje candidato a vice-presidente, ele foi aconselhado a esquecer aqueles fatos de que tinha conhecimento. O "ovo da serpente" estava ali, Sr. Presidente.

Eu quero avançar um pouco mais para não ficar na história. Todos os partidos poderiam ter delinqüido, menos o Partido dos Trabalhadores. Eu era Deputado Federal, colega do Deputado Luiz Inácio Lula da Silva, colega do Genoíno, aquele que, quando via um holofote, como mariposa, avançava sobre as câmeras para poder atacar a tudo e a todos. Ele era o capitão supremo da República e desacatava e destratava todos que não tinham a postura do PT, paradigma da ética e da posição politicamente correta sobre todas as questões. Se não concordassem com a postura propagada pelo PT, mereceriam a condenação suprema dos talibãs do fundamentalismo neo-estalinista do PT.

Sr. Presidente, o PT contribuiu para desmoralizar a atividade política em nosso país. Nós, que vamos às ruas hoje, sabemos que o desencanto da juventude é devido principalmente à delinqüência praticada pelo alto comando do Partido dos Trabalhadores. O Presidente da República permitiu que seu filhote, seu filho querido, fosse beneficiado por recursos de uma empresa constituída à base de fundos de pensão de empresas estatais. A Previ, a Funcef e a Centrus compõem o patrimônio da Telemar, que aportou R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) na empresinha de games do filho do Presidente da República. Em qualquer lugar do mundo, esse Presidente estaria no chão. Nós aqui "glamourizamos" o filho da classe operária que chegou ao paraíso. E os caciques do PFL e do PSDB não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	35

tinham autoridade moral para poder levar às últimas conseqüências um processo de *impeachment*.

Um Deputado aqui, o mesmo esbravejador de sempre, falou que o PPS botou para fora o maior gênio da política brasileira dos últimos tempos, o Ministro Ciro Gomes, que virou o "dodóizinho" do Lula. Como foi difícil defender a candidatura do Ciro Gomes à Presidência da República, pelo PPS, que era chamado por eles de "Collor 2", de "Collorzinho", e agora virou o "dodói" do Presidente da República, porque se transformou em sabujo do Presidente da República. Ele, junto com o José Dirceu, queria estuprar o nosso partido enfiando os mensaleiros que, mais adiante, foram revelados. Queriam inchar o nosso partido com uma bancada podre de Deputados que, depois, foram revelados na sua inteireza.

Ainda bem que tivemos um líder da dimensão de Roberto Freire, que botou o pé na porta e, juntamente com seus companheiros de história do Partido Comunista Brasileiro, impediu a entrada de pessoas que, mais adiante, poderiam fazer companhia para esses que vieram aqui agora dizer: "Ah, está envolvido no esquema da ambulância. Que bonito o que a Polícia Federal está fazendo! Ótimo!"

O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, de quem sempre divergi enormemente quando fui Deputado Federal, disse uma frase correta em sua entrevista no final de semana: "Isso significa que o Estado brasileiro está avançando. A Polícia Federal deixa de ser uma instituição de Governo para ser uma instituição de Estado. A Polícia Federal não pode se prestar à perseguição política de qualquer que seja o segmento que, em momentos circunstanciais, esteja em minoria, esteja em posição subalterna. A Polícia



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	36

Federal tem que ser uma instituição judiciária do Estado." Que assim seja e que bom que está sendo. Gabo-me de ser amigo pessoal do Delegado Paulo Lacerda, figura ímpar, competente, pessoa ilibada, que está fazendo esse trabalho de resgatar o próprio papel da Polícia Federal no nosso país.

Sr. Presidente, voltando às questões da nossa paróquia, ouvi pacientemente todos que passaram por aqui, Não adianta ficarem impacientes, porque continuarei falando.

Sr. Presidente, eu poderia aduzir que foi este Governo que levou a cooptação mais vergonhosa do movimento sindical brasileiro. Na época de Getúlio Vargas, por obrigação, as entidades colocavam a efígie do Presidente da República nas salas presidenciais. Hoje, não precisa dessa obrigação. Os sindicalistas, na sua grande maioria, foram cooptados, viraram funcionários do Governo. É difícil falar hoje sobre autonomia sindical. O velho bordão "sindicato é para lutar" deixou de existir, porque hoje se confunde o partido político com o Governo e as entidades entre as quais ou contra as quais se travaria a luta de classes. Por exemplo, qual sindicato de bancários de Brasília ou de qualquer outro lugar do país reclamou do crime inominável cometido pelo ex-Presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Matoso, amiguinho da Marta Suplicy, indicado por aquela ex-prefeita para ser Presidente da Caixa Econômica Federal? Ele quebrou o sigilo bancário, juntamente com o "ministriinho" Palocci, que agora foi reduzido à sua insignificância. Não sei como ele virou Ministro da Fazenda. Ninguém falou nada, Deputado Gim Argello. Não vi um sindicato de bancários, a CUT, nenhuma entidade se manifestar em defesa das instituições públicas Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Quem não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	37

se lembra do cidadão Pizzolato, que uns chamavam de “Pistolato”, que colocou o Banco do Brasil nas páginas policiais, em razão dos delitos cometidos na conta de publicidade daquela instituição secular? Ninguém falou nada!

Quem não se lembra do Waldomiro Diniz, homem de confiança do governo do PT aqui em Brasília, nos idos de 94, que transitava por esta Casa? O Deputado Gim Argello, que é veterano, não se lembra dessa figura? O Deputado Peniel Pacheco se lembra muito bem. O Waldomiro era amigo de quem? Era indicado de quem? O que fazia o Sr. Waldomiro? Quem não se lembra, na época da prisão em flagrante dele, da pressão feita para impedir a CPI de investigar o que fazia o Sr. Waldomiro, então homem forte do homem forte do Governo, Rasputin, que era o Zé Dirceu.

Foi feito todo tipo de expediente para impedir a investigação, para impedir que a sociedade soubesse - Deputado Peniel Pacheco, V.Exa. falou sobre isso aqui, sobre a verdade, a verdade que dói - quais eram as conspirações daquele desconhecido energúmeno, Waldomiro Diniz. Lá na frente ficamos sabendo da participação dele nos fatos desta República.

Enfim, são tantos os problemas; são tantos os fatos; são tão graves as questões que dizem respeito ao Presidente da República que, num certo momento, inspirou a esperança de milhões de brasileiros, eu entre eles, que votei, mas com muito ceticismo, porque eu já sabia mais ou menos o que poderia acontecer pela experiência que tivemos no convívio com o seu partido, no governo ou fora do governo, no movimento sindical e fora do movimento sindical.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	38

Sr. Presidente, a partir de agora, as questões que estão vincadas ao processo eleitoral no Distrito Federal vão começar a ter um componente das decisões desta Casa. Isso é o que depreendemos das palavras dos Líderes.

O Deputado Paulo Tadeu, em sua entrevista, diz que hoje existem questões subjacentes às decisões desta Casa. E é óbvio. Há interesses; há projetos; há propostas de fortalecimento de candidatura "a" *versus* candidatura "b", que tem de ser fragilizada.

A Deputada Ivelise Longhi, Líder do Governo, em certo momento de sua fala, fez referência àqueles que teriam ou poderiam ter mudado de opinião sobre votação de matéria. Eu, particularmente, não mudei de opinião, mesmo tendo feito restrição a um tipo de remissão que favorecesse empresa desse porte que atua no país. Mas fazia restrição à votação do dia de hoje. Quando percebi que o projeto poderia ser derrotado, eu e o Deputado Peniel Pacheco nos convencemos de que era importante a nossa presença para que a matéria fosse aprovada, tendo em conta os interesses maiores da sociedade de Brasília.

Sr. Presidente, eu gostaria que essa campanha para governador do Distrito Federal tivesse como escopo, como fundamento principal, na televisão, neste plenário e em qualquer que seja o fórum, o debate das questões para resolver os graves problemas de **gestão** que nós **temos** no Distrito Federal.

Eu, particularmente, sou candidato a Deputado Federal. Tenho questionamentos contundentes sobre a reforma que se fez na Previdência, porque traiu **compromissos** de campanha do Candidato Lula. A primeira



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	39

ação de Lula foi exatamente a de agredir os direitos dos trabalhadores civis e militares. Ele agrediu os direitos dos empregados da iniciativa privada e do Estado.

Tive, desde o primeiro momento, uma posição crítica em relação ao crime cometido contra os aposentados, que foram garfados em dez por cento dos seus proventos, a despeito do discurso de campanha de que estariam ilesos de qualquer tipo de medida.

A primeira traição ocorreu ali, Deputado Izalci. Foi naquele momento que houve a ruptura entre discurso e prática, o que veio a se repetir ao longo dos três anos e meio de mandato.

Alguém poderia dizer aqui: "o Augusto está navegando contra a corrente; hoje o Lula é o favorito; é o candidato à reeleição; recebe apoio de caciques do PMDB, até do PSDB de alguns estados". Não tem problema! Faremos esse debate quaisquer que sejam as circunstâncias, dizendo, afirmando que lá no Congresso Nacional, onde pretendemos estar, defenderemos essas bandeiras históricas da classe trabalhadora, que o nosso partido sempre empunhou; defenderemos a ética na política, infelizmente tão conspurcada nos tempos de hoje.

Muito obrigado.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, creio que os fatos se esclarecem em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	40

seu curso. Por que os Parlamentares que asseguraram que o projeto fosse aprovado, porque seria derrotado - seriam 15 votos "sim" e um voto "não" num projeto que precisa de 16 votos -, ao adentrarem este plenário e votarem "sim", podem fazê-lo pelo interesse da sociedade e por que o Partido dos Trabalhadores, cuja postura sempre se pauta na análise criteriosa e aprofundada de todas as matérias, vota "sim" e é acusado de fazer um acordo espúrio com variável eleitoral? Que dois pesos e duas medidas são essas? Que dois pesos e duas medidas impõem uma pecha ao Partido dos Trabalhadores de se prestar a um acordo espúrio por aqueles que o acusam e dizem que votaram e asseguraram a aprovação do projeto - porque seria derrotado -, porque é de interesse relevante para a sociedade?

O Partido dos Trabalhadores vota em todas as matérias de interesse relevante da sociedade de forma absolutamente independente. Não somos os donos da verdade. Nunca nos apresentamos dessa forma. Fico com a poesia de Thiago de Mello que diz: "Não somos melhores nem piores. Melhor é a nossa causa". Mas a incoerência não se pauta só no retrato do momento da votação que acabou de acontecer. Por que o Governo do PSDB, hoje apoiado pelo PPS e tantos outros partidos, nunca fez com que o Estado, as políticas de Estado se vergassem às políticas de governo? Por que os governos, numa República tão frágil como a brasileira, via de regra, vergam-se às políticas de Estado?

É neste Governo de Luiz Inácio Lula da Silva que a Polícia Federal detém um único chefe, um único diretor-geral em todos os anos e não troca de diretores-gerais, como no Governo Fernando Henrique Cardoso, de acordo com as matérias que estavam sendo pautadas e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	41

precisavam ser apuradas. Nunca a Polícia Federal fez o que está fazendo aqui - reconhecem todos, mesmo os que fazem oposição ao Governo Lula. Nunca a Polícia Federal prendeu quase três mil **pessoas**, porque nunca o Estado e as políticas de Estado foram independentes das políticas de governo. Mas não é só a Polícia Federal que prende presidentes de tribunais, parlamentares e três mil pessoas, levando às páginas de jornais um esquema de corrupção endêmica, construída não em três anos, nem em oito, nem em dez anos, construída por um Estado patrimonialista de mais de quinhentos anos e que começa a mostrar as fissuras que precisam ser combatidas.

Não é verdade que este Governo ou este Estado traz mais corrupção em todos os seus poderes do que Governos anteriores. É verdade que a corrupção tem aparecido pela ação do Executivo, porque Polícia Federal é Executivo. É o Executivo que está apurando. Nunca neste país se viu um Procurador-Geral da República incriminar Ministros - e é um poder independente. Mas nunca foi independente! Quem não sabe aqui que se chamava o antigo Procurador-Geral da República de "engavetador-geral da União"? É no Governo Lula que o Ministério Público adquire a independência fundamental para a República e para a democracia e denuncia Parlamentares da base do Governo e Ministros de Estado. E digo mais: quando o Legislativo não se vergou ao Executivo e apurou tantas denúncias? São quatro CPIs. E quantas são as CPIs engavetadas pelo Congresso Nacional por mando do Poder Executivo? Quando se viu o Poder Executivo e o Presidente da República buscarem e, depois, impedirem a existência de CPIs que chegaram à ante-sala da Presidência da República?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	42

DEPUTADO PENIEL PACHECO - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Depois, Deputado Peniel Pacheco.

A postura do Presidente da República, operário Luiz Inácio Lula da Silva, está mudando a cara deste país. Não é verdade que o Fome Zero não saiu do papel, porque a pobreza - como indicam o IBGE e todos os Estados - diminuiu em 8% neste país com o Governo Lula. Os trabalhadores nunca tiveram tanto poder de compra.

É este Presidente, operário, que estabeleceu a decisão de se apurar todas as denúncias e que possibilitou, pela sua não-interferência, a existência de política de Estado e de República ao se apurar quatro CPIs, incluindo a chamada "CPI do Fim do Mundo", assim denominada porque não se sabia o seu objeto real. Nunca houve nenhuma movimentação no sentido de impedir essas investigações. Foram a "CPI dos Correios", a "CPI do Mensalão", a "CPI dos Bingos" e agora a "CPI das Sanguessugas".

Queremos que venham todas as CPIs, porque fomos os primeiros a propor que esta Casa investigasse todos os escândalos relacionados ao "valerioduto". Não apenas os escândalos, já bastante investigados pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, que envolvem o Partido dos Trabalhadores, mas aqueles que envolvem a "Conta Jumbo" de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) que estão no BRB, porque é o Governo do Distrito Federal que detém a quarta maior conta com as empresas do Sr. Marcos Valério,

Queremos apurar tudo porque a verdade não tem dono. Como diz Thiago de Mello, a verdade é de todos e de todas. Por isso, eu digo, Sr. Presidente, que neste Governo se apura e se apura muito. São incoerentes



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	43

aqueles que vêm aqui, denunciam Lula e se aliam a Alckmin, que impediu toda sorte de apuração na Assembléia Legislativa de São Paulo. Aliam-se a Alckmin porque, pelo que consta, foi no ventre do PSDB que começou o esquema do Sr. Marcos Valério, ainda na candidatura de Eduardo Azeredo.

Portanto, vamos nos pautar sem o ranço ideológico que turva a visão, sem o ranço eleitoral que turva a razão.

Sr. Presidente, sou funcionária da Caixa Econômica Federal há quase 25 anos e tenho muito orgulho disso. Nunca vi na minha história de sindicalista bancária, de funcionária da Caixa Econômica Federal, ocorrer um escândalo e o presidente da empresa ser demitido. Vi muita coisa que não queria ter visto. Vi, durante a gestão do Governo Fernando Henrique Cardoso, a denúncia da lista de pessoas favorecidas politicamente por recursos públicos e a punição de um funcionário de carreira que era a ponta da linha e que não tinha nenhuma responsabilidade de gestão. Vi muito isto no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal: sobrar para o elo mais fraco, o funcionário de carreira ser demitido, enquanto os mandantes de toda sorte de irregularidades permaneceram opulentemente nas suas cadeiras de poder, para continuar manuseando os próprios recursos públicos.

Por isso, Sr. Presidente, digo que, pela primeira vez, vi a quebra de sigilo bancário em uma instituição financeira ser punida com a cabeça do presidente da empresa e levar também à punição o Ministro da Fazenda, responsável pelos índices econômicos que apontam estabilidade e segurança no Brasil.

E digo mais, o processo de construção dessa economia tem muita solidez. Enfrentamos uma crise sem precedentes políticos, porque em



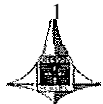
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	44

verdade se desfolha e se desnuda toda a corrupção que os governantes, por muito tempo, esconderam da sociedade brasileira. Mas tamanha crise política não abalou em nada os nossos índices econômicos. O que mostra que a nossa economia já não está tão vulnerável às investidas do capital estrangeiro ou do capital financeiro nacional.

No Governo Fernando Henrique Cardoso, um governo dependente do capital internacional, um governo que vendeu o nosso patrimônio público, não se admitiria que tamanha crise política preservasse os índices de estabilidade e de governabilidade de um país. Isso só é possível porque se começa, a partir do Governo Lula, a ter políticas de Estado que não são vergadas por políticas de governo. Essas políticas de Estado possibilitam o trabalho da Polícia Federal, possibilitam a ação do Ministério Público, possibilitam que o Parlamento faça qualquer sorte de apuração.

Sr. Presidente, deixemos os ranços ideológicos, a forma de fazer política raivosa, deixemos tudo isso para clarear a razão e percebermos que não são arautos da ética esses que contam com aliados, como o PPS e tantos outros partidos. Não são arautos da ética nem o PFL, com o seu ACM ou o seu Bornhausen, nem o PSDB, com o seu Azeredo, o seu Eduardo Jorge.

Vejamos, pois, a necessidade de fazer uma reforma política, que não é desejada por aquele Congresso Nacional, nem pelo PFL, nem pelo PSDB, mas que é necessária para que possamos, enfim, fazer com que o exercício da coisa pública seja transparente e realmente público, para que se possibilite a República.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	45

DEPUTADO PENIEL PACHECO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PENIEL PACHECO (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu havia feito um pedido de aparte à Deputada Erika Kokay.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - A Deputada não concedeu o aparte à V.Exa.

DEPUTADO PENIEL PACHECO - Ela disse que o concederia. Ainda que **descortês** comigo, entendo a razão por que a Deputada não me concedeu o aparte. Creio que S.Exa. estava um pouco preocupada com o que eu poderia dizer.

DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO IZALCI (PFL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, volto a indagar sobre o que foi dito por vários Parlamentares que votaram esse projeto em função do interesse público. Qual é o interesse público desse projeto? Esse projeto não tem nenhum impacto financeiro e não diz nada. Qual é o valor da remissão? Fui informado de que são acima de seiscentos milhões de remissão. Estão perdoando dívidas de empresas multinacionais, empresas que têm consultoria, auditoria especialista em tributos. Se essas empresas tivessem a mínima chance de ganhar esse



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	46

processo não aceitariam nunca pagar uma alíquota de vinte e cinco por cento.

Sr. Presidente, um débito que ultrapassa R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) está sendo trocado para arrecadar R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais). Isso é desespero para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Estão anistiando empresas que tiveram imposto recolhido na ordem de vinte e cinco por cento, que vai ser restituído, e, no entanto, não levaram em consideração o que o contribuinte pagou.

Portanto, não vejo nenhum interesse público nesse projeto. O PT sempre exigiu o impacto financeiro, as informações adequadas para votar um projeto. Mas, neste momento, estão dizendo que existem outros interesses por trás disso.

Vou acompanhar, a partir de hoje, para saber do Governo se haverá liberação de qualquer emenda de Parlamentar ou qualquer artifício. Vou fiscalizar para que não aconteça o que está acontecendo no Congresso Nacional. Ali, o Governo Federal, por intermédio do Ministro José Dirceu e de outros Ministros, comprava votos no Congresso Nacional. Isso não vai acontecer aqui, porque, a partir de agora, deste minuto, acompanharei cada liberação, para que não se repita aqui o que está acontecendo no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, este projeto realmente é prejudicial ao consumidor, à sociedade do Distrito Federal. São R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), no mínimo, de remissão, para essas grandes empresas, inclusive, para a Telemar, companhia que concedeu benefícios à



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	47

empresa do filho do Lula. A Brasil Telecom será restituída em mais de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais). Isso é um absurdo!

Sr. Presidente, esse é o registro que faço.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço a oportunidade para uso da palavra. Acompanhando este debate acalorado e filosófico sobre a conjuntura em que vivemos, percebemos que alguns elementos necessitam de uma melhor avaliação, para que possam ser colocados de maneira clara para a sociedade.

O Partido dos Trabalhadores, nesta Câmara, sempre se colocou, nestes últimos sete anos, como partido de oposição ao Governo do Distrito Federal, por discordar de várias políticas públicas implementadas pelo Executivo. Sabemos que, nos últimos anos, foi feita uma aliança envolvendo, em Brasília, o PSDB, o PMDB, o PTB, o PP e o PFL, partido este que fez parte da base do Governo, O PFL do Distrito Federal, nos últimos anos, fez com que o Governo desta cidade tivesse a governabilidade necessária para implementar as suas políticas. No comando do PFL, está o então Deputado Federal, hoje, candidato ao Governo, Sr. José Roberto Arruda. Faz parte da chapa, juntamente com o Presidente, o seu Vice, Sr. Paulo Otávio, que tem, aqui na Câmara, uma bancada de Parlamentares do seu partido e de partidos aliados. O que me impressiona é que, até poucos dias, tínhamos uma correlação de forças extremamente favorável à aprovação dos projetos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	48

oriundos do Governo, Mas foi iniciar a campanha eleitoral, em que foram apresentadas três chapas principais - uma encabeçada pela companheira Ariete Sampaio, outra pelo Deputado José Roberto Arruda e uma terceira pela Governadora Abadia -, para que as coisas começassem a ficar mais difíceis aqui no plenário.

Ora, sabemos que este projeto faz parte de um acordo nacional, articulado por Secretários de todos os Estados, inclusive, de Estados governados pelo PFL. Os Secretários do PFL, em seus Estados, foram favoráveis a esse acordo que acabamos de ratificar. Foi isso que fizemos, porque o Distrito Federal não poderia, neste momento, ficar isolado do resto do país. Ou será que na Bahia e nos demais Estados em que o PFL governa o acordo também não foi ratificado por esse partido?

É importante repensar algumas questões. Lembram-se de que, quando se quebrou o sigilo bancário daquele caseiro, caíram o Presidente da Caixa Econômica Federal e o Ministro da Fazenda? Por que será que a quebra de uma votação secreta no Senado não tem qualquer importância? Será que a quebra do sigilo bancário é diferente, em gravidade, da quebra do sigilo de uma votação secreta no Senado Federal? Por que dois pesos e duas medidas? Será que, para um determinado setor, vale o "ministrozinho", o "presidentzinho" e, para o outro, tudo bem? O que está em debate, neste momento, é o programa do PT, veiculado ontem, durante o programa eleitoral, que mostrou a mais dura e a mais verdadeira análise de uma pessoa que quer governar esta cidade. É importante dizer - como o Sr. José Roberto Arruda mesmo tem dito nos programas eleitorais - que o único erro dele foi ter visto, por curiosidade, aquela lista de votação,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	49

Até parece que o único erro do Sr. José Roberto Arruda foi ter visto a lista. Como se não tivesse ocorrido um conjunto de manobras, de pressões e de questões que foram trabalhadas, à surdina do Senado, para que o sigilo daquela votação fosse quebrado e a lista mostrada a ele. Até parece que o Arruda e o Sr. Antônio Carlos Magalhães, o mesmo que organizou um esquema criminoso de escuta telefônica no Estado da Bahia - nós sabemos de toda a estória desse senhor - **orquestraram**, organizaram e fizeram uma série de manobras para fraudar uma decisão histórica do Senado Federal, quando analisava a cassação do primeiro Senador da República neste país. E esse Senador depois foi cassado!

É importante salientar que o próprio Sr. José Roberto Arruda tem falado, nos programas de televisão e nos seus comícios, sobre esse assunto. Então, ele pode falar, mas os adversários dele, não. Os adversários dele não podem mostrar, para a sociedade, o acordo espúrio no qual o Distrito Federal parece uma capitania hereditária, onde um governa pelos próximos quatro anos e outro governa pelos outros seguintes. Até parece que aqui virou literalmente um Estado "com dono". O Distrito Federal hoje parece que tem dono.

É importante salientar e reforçar que o Governo do PFL e do PSDB implementou uma lógica de Estado que levou à privatização de diversos bancos estaduais e o Líder no Senado, à época, era exatamente o Sr. José Roberto Arruda.

O Sr. José Roberto Arruda foi o principal articulador da primeira reforma da Previdência que acabou com os direitos previdenciários dos trabalhadores celetistas. Nós, eletricitários - ele também é eletricitário -, e os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	50

bancários perdemos uma série de direitos que estavam consagrados na Constituição, como, por exemplo, a aposentadoria especial dos trabalhadores eletricitários. E quem coordenou todo aquele esquema e toda aquela votação? O Sr. José Roberto Arruda.

Durante todas as votações no Senado, ele votou contra a classe trabalhadora e nós vamos mostrar isso para os servidores públicos. Vamos mostrar como votou o Sr. José Roberto Arruda, durante os anos em que ficou no Senado Federal. Vamos mostrar, para os servidores públicos desta cidade e para os Parlamentares, como ele se posicionava à época e as promessas que faz hoje.

É impressionante: esse acordo firmado entre o Sr. Paulo Otávio e o Sr. José Roberto Arruda é tão inacreditável, irreal e fictício que até a mãe do Senador Paulo Otávio deu uma entrevista pública a um jornal - se não me engano, ao *Correio Braziliense* - na qual ela diz que esse acordo não vai ser exeqüível em função da própria personalidade do candidato José Roberto Arruda.

Então, nós não estamos aqui enfocando as crises que ocorreram durante o Governo do Presidente Lula, porque há quase um ano se debate esse assunto e absolutamente nada foi escondido. O debate que se trava hoje, neste momento, é o fato de um Ministro da República quebrar ilegalmente o sigilo bancário e deixar de ser Ministro. Então, a pergunta que deixo no ar é a seguinte: para um Ministro que quebrou ilegalmente o sigilo bancário coube a demissão e para aquele que fraudou uma votação secreta no Senado caberá a cadeira de Governador do Distrito Federal?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	51

É esse o centro do debate. É essa discussão que queremos travar durante esses próximos dias no Distrito Federal.

DEPUTADO IZALCI - Permita-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PAULO TADEU - Deputado Izalci, durante esta fase da sessão não cabe aparte. Não é nem porque eu não queira conceder, a não ser que o Sr. Presidente o faça, mas, como se sabe, *regimentalmente* isso não é permitido. Portanto, esse é o debate.

E para terminar, Deputado, estou muito preocupado com os ataques que muitas vezes se travarão no campo pessoal. Por parte da bancada do Partido dos Trabalhadores, não haverá ataque pessoal. Haverá uma análise criteriosa do passado político de cada candidato que se apresentar ao Governo do Distrito Federal.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Deputado Izalci, sinto muito, mas tenho um compromisso agora e acredito que todos os Parlamentares também. Quando V.Exa. solicitou o uso da palavra tínhamos apenas cinco Parlamentares em plenário.

DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra somente por alguns segundos! Eu gostaria de passar uma mensagem para V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Esta Presidência, então, acata a solicitação de V.Exa. e solicita-lhe que seja breve, por favor!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24/08/2006	15h	72ª ORDINÁRIA	52

DEPUTADO IZALCI (PFL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com relação às considerações do Deputado Paulo Tadeu, não discordamos do que foi apresentado, mas o Partido dos Trabalhadores não tem, hoje, nenhuma moral ética de acusar as pessoas em função do que vem ocorrendo no Governo. O Deputado José Roberto Arruda já foi julgado não só no Supremo Tribunal Federal, mas também pela população do Distrito Federal. Ele teve a maior votação de todos os tempos do país, ou seja, isso já está superado. Agora, o que não está superado são as coisas que ocorreram no Partido dos Trabalhadores do Distrito Federal.

Há candidatos a Deputado Federal pelo PT que foram Presidente e Vice-Presidente desse partido que estão envolvidos em certos escândalos. Não se sabe até hoje onde foram parar os recursos do “valerioduto” destinado ao PT do Distrito Federal. Isso é o que o PT deveria ter apresentado no programa eleitoral para prestar conta para a sociedade da destinação desse dinheiro. E nós não temos essa resposta ainda.

Era isso o que eu queria dizer para o nosso Líder do Partido dos Trabalhadores, Deputado Paulo Tadeu.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Como Presidente e também membro do PT, quero dizer a V.Exa. que o referido partido jamais negou esclarecimentos à opinião pública sobre nenhum assunto. Isso foi muito bem falado pelos Líderes e Deputados do PT que aqui se posicionaram.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h33min.)



**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO**

SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA

**ATA SUCINTA DA 72ª
(SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

EM 24 DE AGOSTO DE 2006.

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Fábio Barcellos e Chico Floresta.

SECRETARIA: Deputados Chico Vigilante e Gim Argello.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 15 horas e 2 minutos.

TÉRMINO: 17 horas e 33 minutos.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESENÇA: Compareceram os seguintes deputados:

- Aguinaldo de Jesus (PL)
- Aríete Sampaio (PT)
- Augusto Carvalho (PPS)
- Benício Tavares (PMDB)
- Brunelli (PFL)
- Chico Floresta (PT)
- Chico Vigilante (PT)
- Eliana Pedrosa (PFL)
- Erika Kokay (PT)
- Gim Argello (PTB)
- Ivelise Longhi (PMDB)
- Izalci (PFL)
- Odilon Aires (PMDB)
- Paulo Tadeu (PT)
- Pedro Passos (PMDB)
- Peniel Pacheco (PDT)
- Rôney Nemer (PMDB)
- Vigão (PMDB)
- Fábio Barcellos (sem partido)

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Chico Floresta):

- Está aberta a sessão.
Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

**1.2 COMUNICADOS DA MESA**

- **Mensagem nº 315, de 2006**, da Governadora do Distrito Federal, que encaminha o **Projeto de Lei nº 2.491, de 2006**.
- **Projeto de Lei nº 2.492, de 2006**, de autoria do Deputado Augusto Carvalho.
- **Projeto de Lei nº 2.493, de 2006**, de autoria do Deputado Fábio Barcellos.
- **Projeto de Resolução nº 140, de 2006**, de autoria do Deputado Chico Floresta.
- **Moção nº 3.024, de 2006**, de autoria do Deputado Wilson Lima e outros.
- **Moção nº 3.025, de 2006**, de autoria do Deputado Pedro Passos.
- **Requerimento nº 2.413, de 2006**, do Deputado Peniel Pacheco.

LIDO
 Em 24 / 08 / 06
09B
 Prof. A. A. A. de Plunário

MENSAGEM

N.º 315 / 2006 - GAG

Brasília, 21 de agosto de 2006.

Excelentíssimo Senhor **Presidente**,

Tenho a honra de submeter à deliberação dessa Augusta Casa de Leis, o anexo **Projeto** de Lei que "Dispõe sobre o registro eletrônico permanente de eqüídeos no Distrito Federal".

O Distrito **Federal**, por sua localização quando da construção de Brasília, era carente de meios de Transporte, tendo sido então utilizado, em larga escala veículos de tração animal. Este meio de transporte terrestre, virou uma **tradição**, merecendo ser considerado e respeitado na figura do "**CARROCEIRO**", que tanto contribuiu para o crescimento do Distrito Federal.

Boa parte do rebanho eqüídeo do Distrito Federal concentra-se hoje em áreas urbanas, e com isso trás dificuldades para o controle e monitoramento desses pelas áreas de **segurança**, de saúde, agricultura e outras, impedindo e ou **dificultando** ações zoonosológicas, de segurança e controles diversos que se fazem necessários inclusive para coibir abusos e utilização indevida desses animais, pois os meios de identificação ainda são **precários**.




Excelentíssimo Senhor
DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS
 Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
 NESTA

Recebido em 24/08/06

1207160

É **fato**, portanto, a necessidade do Distrito Federal, dispor de um meio prático, seguro, moderno, racional e pouco cruento para a identificação e monitoramento de seus eqüideos e possa assim minimizar e ou atenuar os problemas hoje detectados: formas cruentas de marcação(ferro quente, pastas cáusticas e outros), dificuldades de **identificação** e determinação de propriedade, furtos e roubos, delitos diversos, acidentes de trânsito, zoonoses, **AIE e** etc.

O emprego da identificação por Chips, que são colocados, com aplicador próprio, sob a pele ou camada superficial dos músculos do animal de modo rápido e praticamente indolor, contendo um numero único de registro, que corresponde a um cadastro completo do animal mantido pela(s) entidade(s) responsável(eis) envolvidas no **processo**, que possibilita desde a identificação e localização do proprietário (rastreadibilidade), o que será de grande valia para coibir e solucionar casos de roubo e furtos, maus tratos, animais soltos e suas conseqüências como acidentes de trânsito e **outros**, ao mais eficaz e completo controle sanitário do animal e do rebanho, como um todo, facilitando as ações de Defesa Sanitária Animal, controle de zoonoses e outras ações de Saúde Pública.



Atenciosamente,


MARIA DE LOURDES ABADIA
Governadora do Distrito Federal



6
PL 2491/2006

PROJETO DE LEI N°
(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Dispõe sobre o registro eletrônico permanente de eqüídeos no Distrito Federal.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:

Art. 1º Todos os eqüídeos, viventes no Distrito Federal, que não possuam registro genealógico em entidade reconhecida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, deverão, obrigatoriamente, receber identificação eletrônica.

Art. 2º Os proprietários ou detentores dos animais citados deverão dirigir-se à Diretoria de Pecuária e Defesa Sanitária - DPDS, da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, para o devido registro e chipagem de seus animais, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de publicação da presente Lei.

§ 1º Para o registro e implantação do sistema de identificação serão necessários os documentos, abaixo relacionados, fornecidos exclusivamente pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal.

- a) formulário timbrado para registro (em duas vias), onde se fará constar; número do chip, data do registro, resenha do animal, sexo, pelagem, nome do proprietário, número da Carteira de Identidade (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF), endereço completo, telefone e assinatura do proprietário;
- b) identificador eletrônico (microchip), onde constará apenas o número de referência do animal.
- c) comprovantes de regularidade sanitária.

§ 2º Uma das vias do formulário timbrado deverá ser entregue ao proprietário e a outra arquivada no órgão responsável.

Art. 3º A Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal estabelecerá o preço público para a identificação e registro, baseado no preço de custo do material utilizado.

Parágrafo único. Exceto os animais enquadrados na Lei N° 1.553, de 15 de julho de 1997.

Art. 4º Após o prazo estipulado no Artigo 2º, os proprietários ou detentores dos animais apreendidos, que não estiverem regularizados, estarão sujeitos ao pagamento de multa no valor correspondente a 1/4 (um quarto) do valor da ÚPDF, ou outro índice oficial que vier substituí-la, convertido na moeda oficial do País, na data da lavratura do respectivo auto de infração, mediante expedição do respectivo DAR.

Art. 5º Os animais recolhidos sem identificação deverão, obrigatoriamente, ser registrados e chipados no ato do resgate.



Art. 6º Quando houver transferência de propriedade de um animal, o vendedor e o comprador, deverão comparecer à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, para atualização dos dados cadastrais.

Parágrafo Único - Enquanto não for realizada a atualização do cadastro a que se refere o "caput", o proprietário anterior do animal permanecerá como responsável pelos danos causados por ele, salvo culpa da vítima ou força maior.

Art. 7º Em caso de óbito do animal, cabe ao proprietário comunicar o ocorrido à Diretoria de Pecuária e Defesa Sanitária - DPDS, da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, juntando comprovantes quando houver.

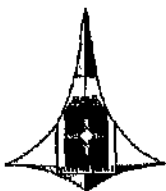
Art. 8º Os valores recolhidos em função das multas previstas por esta Lei serão revertidos à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, para custeio das ações relativas à fiscalização, manutenção de cadastro e dos animais apreendidos.

Art. 9º Cabe à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, dar a devida publicidade a esta Lei.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





8

L 00
Em 24 / 08 / 06
Assessoria de Planário

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO

PROJETO DE LEI Nº _____ PL 2492 /2006

(Do Deputado AUGUSTO CARVALHO)

Cria o Fórum Distrital de Mudanças **Climáticas** e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta;

Art. 1º Fica criado o Fórum Distrital de Mudanças **Climáticas**, com o objetivo de conscientizar e mobilizar a sociedade para a discussão e tomada de posição sobre os problemas decorrentes da mudança do clima por gases de efeito estufa, bem como sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (CDM) definido no **art. 12** do Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do **Clima, ratificada** pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 1, de 3 de fevereiro de 1994.

Art. 2º O Fórum terá a seguinte composição:

I - representantes do Poder Executivo do Distrito Federal, a serem indicados pelo Governador do Distrito Federal;

II - personalidades e representantes da sociedade civil, com notório conhecimento da matéria, ou que sejam agentes com responsabilidade sobre a mudança do clima;

§ 1º O Fórum será presidido pelo Governador do Distrito Federal e terá suas reuniões por ele convocadas.

§ 2º Os membros de que trata o inciso II serão designados pelo Governador do Distrito Federal.

Art. 3º O Fórum manterá permanente integração com a Comissão **Interministerial** de Mudança Global do Clima, criada pelo Decreto de 7 de julho de 1999, para adoção das providências necessárias às implementações de suas deliberações.

Art. 4º O Fórum contará com um Secretário Executivo, a ser designado pelo Governador do **Distrito** Federal, a quem incumbirá:

- a) participar das **reuniões** do Fórum;
- b) organizar a pauta das reuniões;
- c) adotar as medidas necessárias à execução dos trabalhos do Fórum e das câmaras temáticas;

Parágrafo único. Para cumprimento de suas atribuições o Secretário Executivo poderá solicitar dos órgãos da estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal o apoio técnico e de infra-estrutura que se fizer necessário.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO

Art. 5º O Fórum constituirá, sob a coordenação de qualquer participante, câmaras temáticas, provisórias ou **permanentes**, que congregarão os vários setores econômicos, sociais e técnico-científicos do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE com responsabilidade na implantação das medidas relacionadas à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Art. 6º O apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do Fórum e das câmaras temáticas serão providos **pela** Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH.

Art. 7º A função de Secretário Executivo e de membro do Fórum e das câmaras temáticas não será remunerada, sendo considerada de relevante interesse público.

Art. 8º Esta **lei** entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Já é do conhecimento da comunidade científica brasileira que o aquecimento global pode gerar uma grave crise ambiental no Brasil. Litoral com ciclones tropicais e avanço do nível do mar, floresta amazônica e nordeste com paisagens de deserto e uma reorganização da produção agrícola brasileira. Esses são alguns cenários que se vislumbram para o Brasil no próximo século, devido ao aquecimento global.

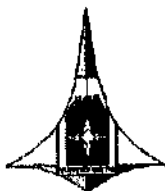
Entidades ligadas à questão **ambiental**, como o **Greenpeace**, divulgaram o documento "Mudanças do Clima, Mudanças de Vida - Como o aquecimento global já afeta o **Brasil**", que pesquisas de universidades e órgãos ambientais nacionais e internacionais - mostrando como o efeito estufa está afetando cada uma das regiões brasileiras e como seria o futuro do Brasil com o aumento global das temperaturas.

Simulações mostram, por **exemplo**, que cenários **climáticos** mais quentes podem fazer da costa do Rio Grande do Sul até o sul do Rio de Janeiro, entre 2071 e 2100, uma região com condições favoráveis para o desenvolvimento de ciclones **extratropicais**. Os ciclones tropicais seriam parecidos com o Catarina, que atingiu Santa Catarina e Rio Grande do Sul em março de 2004.

Além disso, a população das cidades da costa brasileira - hoje estimada em 42 milhões - pode **enfrentar** também o aumento de 30 cm a 80 cm do nível do mar nos próximos 50 a 80 anos. Com isso, as construções a beira-mar desapareceriam, provocando o **remanejamento** de moradores. Os sistemas de esgoto mais precários não suportariam a alteração do nível do mar.

O aquecimento **global** também pode vir a ser responsável por um grande **rearranjo** na **geografia** da produção agrícola brasileira, segundo o **estudo**. Segundo dados da Embrapa, a cultura do café deve migrar para a região Sul, em busca de temperaturas máximas mais amenas.





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO

Já as culturas de arroz, milho, feijão e soja se deslocariam para o **Centro-Oeste**. Todos os **plantios**, no entanto, teriam perdas **significativas** de área cultivada. As áreas destinadas à soja - um dos principais produtos agrícolas de exportação do Brasil - poderiam ter uma redução de até 75%.

Uma das principais ênfases do estudo é na região da Amazônia. De acordo com o documento, o desmatamento da região contribui hoje com 200 milhões a 300 milhões de toneladas anuais de emissão de gases de efeito estufa - o dobro ou triplo do que é emitido no Brasil através da queima de combustíveis fósseis. Com o aquecimento global, a Amazônia poderia entrar em um processo de **savanização**, tornando algumas de suas áreas mais secas e pobres que o cerrado brasileiro nos próximos 50 anos. Modelos climáticos regionais que avaliam os impactos das mudanças climáticas na América do Sul prevêem um aquecimento de até 6°C nas últimas décadas deste século na região sul da Amazônia, afirma o documento.

Dessa forma, é importante destacar que mudanças climáticas não são um fenômeno que só ocorre apenas fora do Brasil. Elas estão ocorrendo também aqui no Brasil. Um estudo da ONU indica que até o final do século 21 os desertos podem ter aumento de temperatura entre 1°C a 7°C. No semi-árido brasileiro, o impacto é avaliado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais de 2°C a 5°C.

Nesse cenário, o problema da água enfrentando hoje pelo Nordeste se tornaria ainda mais crônico, com a vegetação da caatinga dando lugar a uma paisagem de zonas totalmente **áridas**. Ao mesmo tempo, o semi-árido nordestino ficaria mais vulnerável a chuvas **torrenciais** e enchentes, "resultando em graves impactos **sócio-ambientais**".

Temos que reduzir de forma efetiva o desmatamento da maior floresta tropical do **planeta**, investir em fontes de energia **renováveis**, na promoção de estudos de **vulnerabilidade** e de planos de adaptação às mudanças climáticas.

O mundo está se encaminhando rapidamente para um aumento de 2°C na temperatura global, que é considerada uma marca **perigosa**. Assim, é imperioso que o Distrito Federal e a região do Entorno se engajem nessa discussão.

O Fórum Distrital de Mudanças Climáticas pode atuar no seguinte:

- Ampliar e difundir o debate concernente às mudanças climáticas nas diversas regiões do DF e RIDE;
- Atuar como ferramenta de auxílio à superação das barreiras para a adoção do MDL;
- **Aprofundar** o debate sobre as questões relacionadas ao Desenvolvimento Regional;
- Atuar como catalisador das discussões concernentes às **definições** de estratégias regionais e locais de desenvolvimento;
- Ampliar as relações do Fórum com a Comissão **Interministerial** de Mudança Global do Clima;
- Ajudar o Governo do Distrito Federal na divulgação do problema de mudanças climáticas e MDL;
- Criar um banco de dados e informações sobre a questão das mudanças climáticas;



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO

- Criar laços com a comunidade acadêmica e com a área empresarial;
- Divulgar a problemática nas escolas de primeiro e segundo graus;
- Qualificar jornalistas através de cursos sobre o tema;
- Promover junto ao empresariado a adoção da prática da demonstração de seus Inventários de Emissões;
- Elaborar publicações de como o setor produtivo pode apresentar seus Inventários de Emissões;
- Promover debates com o objetivo de estruturar uma política de mudança climática a ser conjuntamente debatida com o Legislativo.

Diante do **exposto**, conclamo meus nobres pares a aprovar o presente Projeto de Lei.

Sala de Sessões, em

Deputado **AUGUSTO CARVALHO**



Câmara Legislativa do Distrito Federal

LIDO
Em 24/08/06
Assessoria de Plenário**Deputado Distrital Fábio Barcellos**

PL 2493/2006

**PROJETO DE LEI N°
(Do Sr. Deputado Fábio Barcellos)**

Institui no âmbito do Distrito Federal, o "Dia do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional", e dá outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Distrito Federal, o Dia do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional, a ser comemorado, anualmente, no dia 13 de outubro.

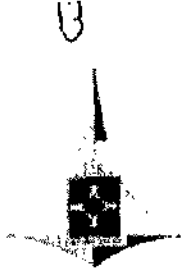
Art. 2º Fica incluído no Calendário Oficial do Distrito Federal o "Dia do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional".

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Fisioterapeuta e o Terapeuta Ocupacional são profissionais que prestam assistência ao homem, participando da promoção, tratamento e recuperação de sua saúde.

Embora comemorado no dia 13 de outubro, data de edição do Decreto-lei nº 938 de 1969 que assegurou o exercício das profissões de fisioterapeuta e de terapeuta ocupacional, esta data não foi instituída oficialmente, como o "Dia do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional".



Câmara Legislativa do Distrito Federal

Deputado Distrital Fábio Barcellos

Considerando a importância da atividade destes profissionais para a saúde da população propomos que seja instituído, no âmbito do Distrito Federal, o "Dia do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional", a ser comemorado, anualmente, no dia 13 de outubro.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres pares na aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, de de 2006.

Fábio Barcellos
Deputado Distrital

DECRETO LEI N. 938 - DE 13 DE OUTUBRO DE 1969
DOU nº.197 de 14/10/69 - retificado em 16-10-1969Sec. I - Pág. 3.658

Prove sobre as profissões de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional, e da outras providências

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º. do Ato Institucional nº. 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o parágrafo 1º. do artigo 2º. do Ato Institucional nº. 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

Art. 1º. É assegurado o exercício das profissões de **fisioterapeuta** e terapeuta ocupacional, observado o disposto no presente.

Art. 2º. O fisioterapeuta e o terapeuta ocupacional, diplomados por escolas e cursos reconhecidos, são profissionais de nível superior.

Art. 3º. É atividade privativa do fisioterapeuta executar métodos e técnicas fisioterápicos com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade física do paciente.

Art. 4º. É atividade privativa do terapeuta ocupacional executar métodos e técnicas terapêuticas e recreacionais, com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade mental do paciente.

Art. 5º. Os profissionais de que tratam os artigos 3º, e 4º. poderão, ainda, no campo de atividades específicas de cada um:

I - dirigir serviços em órgãos e estabelecimentos públicos ou particulares, ou assessorá-los tecnicamente;

II - exercer o magistério nas disciplinas de formação básica ou profissional, de nível superior ou médio;

III - supervisionar profissionais e alunos em trabalhos técnicos e práticos.

Art. 6º. Os profissionais de que trata o presente Decreto-lei, diplomados por escolas estrangeiras devidamente reconhecidas no país de origem, poderão revalidar seus diplomas.

Art. 7º. Os diplomas conferidos pelas escolas ou cursos a que se refere o artigo 2º. deverão ser registrados no órgão competente do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 8º. Os portadores de diplomas expedidos até a data da publicação do presente Decreto-Lei, por escolas ou cursos reconhecidos, terão seus direitos assegurados, desde que requeiram, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, o respectivo registro, observando-se quando for o caso, o disposto no art. 6º.

Art. 9º. É assegurado, a qualquer entidade pública ou privada que mantenha cursos de fisioterapia ou terapia ocupacional, o direito de requerer seu reconhecimento, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data da publicação do presente Decreto-lei.

Art. 10. Todos aqueles que, até a data da publicação do presente Decreto-lei, exerçam sem habilitação profissional, em serviço público, atividades de que cogita o artigo 1º. serão mantidos nos níveis funcionais que ocupam e poderão ter as denominações de auxiliar-de-fisioterapia e auxiliar de terapia ocupacional, se obtiverem certificado em exame de suficiência.

§ 1º. O disposto no artigo é extensivo, no que couber, aos que, em idênticas condições e sob qualquer vínculo empregatício, exerçam suas atividades em hospitais e clínicas particulares.

§ 2º. A Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e cultura promoverá a realização, junto às instituições universitárias competentes, dos exames de suficiência a que se refere este artigo.

Art. 11. Ao órgão competente do Ministério da Saúde caberá fiscalizar, em todo o território nacional, diretamente ou através das repartições sanitárias congêneres dos Estados, Distrito Federal e Territórios, o exercício das profissões de que trata o presente Decreto-lei.

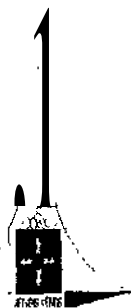
Art. 12. O Grupo da Confederação Nacional das Profissões Liberais, constante do Quadro de Atividades e Profissões, anexo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei no. 5.452, de 1 de maio de 1943, é acrescido das categorias profissionais de fisioterapeuta, terapeuta ocupacional e auxiliar de terapia ocupacional.

Art. 13. O presente Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário,

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148º. da Independência e 81º. da República.

Augusto Homann Rademaker Grünewald
Aurélio de Lyra Tavares
Márcio de Souza e Mello
Tarso Dutra
Leonel Miranda

9



LIDO
Em 24 / 08 / 06
Assessoria de Planejamento

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº ra 140 / 2006
(Do Sr. Deputado CHICO FLORESTA)

Autoriza a divulgação da lista de presença dos parlamentares da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL resolve:

Art. 1º Fica autorizada a divulgação da lista de presença parlamentar das sessões da Câmara Legislativa do Distrito Federal, homologada nos termos do Ato da Mesa Diretora nº 9, de 1997, para os meios de comunicação.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

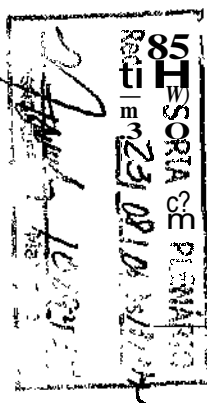
No presente ano, quando ocorrerão eleições em todo o país para a escolha do Presidente da República, dos Governadores das unidades da federação, dos Senadores, dos Deputados Federais, Estaduais e Distritais, é grande o interesse dos meios de comunicação em divulgar, para a população, quais são os atuais mandatários que continuam exercendo suas atividades normalmente, conciliando-as com as campanhas eleitorais.

Com a medida proposta, pretendemos dar transparência aos trabalhos exercidos por esta Casa, e fazer com que a população do Distrito Federal saiba que as sessões ordinárias para deliberar sobre os assuntos de seu interesse estão sendo realizadas em conformidade com o que determina o Regimento Interno.

Diante dessas considerações, contamos com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação do presente Projeto de Resolução.

Sala das Sessões, em 24 de Agosto de 2006.

CHICO FLORESTA
Deputado Distrital PT/DF





CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

LÍDIO
Em 24 / 08 / 06
Assessoria de Planejamento

MOÇ 3024 / 2006

MOÇÃO N» DE
(Autoria: Deputado WILSON LIMA e outros)

Parabeniza e Manifesta Votos de Louvor aos servidores da Câmara Legislativa e da Secretaria de Estado de **Desenvolvimento** Urbano e **Habitação** do Distrito Federal - **SEDUH**, que **menciona**, pelos relevantes serviços prestados quando da **apreciação** do Plano Diretor Local do Gama - PDL Gama pela Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara **Legislativa** do Distrito Federal:

Com fulcro no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares parabenizar e hipotecar votos de louvor aos servidores da Câmara Legislativa e da Secretaria de Estado de **Desenvolvimento** Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH, que menciona, pelos relevantes serviços prestados quando da apreciação do Plano Diretor Local do Gama - PDL Gama pela Câmara Legislativa do Distrito Federal.

SERVIDORES DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Denise Prudente Fontes Silveira - Assessora Parlamentar
Frederico de Pina Álvares Filho - Técnico Legislativo
Inimar Nascimento Silva - Consultor Técnico Legislativo
José Claudionor de Alcântara - Chefe de Gabinete da 1ª Secretaria (coordenador dos trabalhos)
José Willeman - Consultor Legislativo
Leda Virgínia Carvalho Granja - Assessora Parlamentar
Lídia Cristina Villafane S. Duarte - Consultora Técnica Legislativa
Luis Tavares Ladeira - Consultor Técnico Legislativo
Rafael Soares de Almeida - Assistente Legislativo
Thiago Adjuto Melo Silva - Consultor Técnico Legislativo

SERVIDORES DA SECRETARIA DE DESOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DF

André Luis Gasques Silva - Engenheiro Civil
Carla ~~Villela~~ de Castro - Arquiteta e Urbanista
Elizabete Maria Gasparotto - Arquiteta e Urbanista
Giselle Mall Mascarenhas - Arquiteta e Urbanista (Subsecretária da SUDUR)
Marco Antônio Ferreira de Santana - Engenheiro Civil
Menandro Símon Santos - Arquiteto e Urbanista
Renato Elias Memória Ribeiro - Arquiteto e Urbanista



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

JUSTIFICAÇÃO

O Plano Diretor Local do Gama (PDL Gama), vem, desde 1997, sendo debatido na Câmara Legislativa. Foram três projetos de lei complementar; o primeiro encaminhado em 1997; o segundo em 2000 e o terceiro em 2005, esse último foi devidamente aprovado no mês de julho de 2006.

O Projeto de Lei Complementar nº 134/2005, que trata do PDL Gama, encaminhado pelo Poder Executivo ao Legislativo em outubro de 2005, demandou nove meses de exaustiva rotina de **trabalho**, envolvendo servidores de ambos os Poderes.

O projeto foi analisado em cada **detalhe**, buscando ao final um resultado satisfatório que atendesse às diversas exigências técnicas e aos interesses da comunidade do Gama.

Foram realizadas incontáveis reuniões e audiências públicas promovidas pela Câmara Legislativa, onde a participação direta dos parlamentares ou por meio de suas assessorias contribuiu efetivamente para que o PDL Gama se tornasse, sem sombra de dúvida, o melhor aprovado no Distrito Federal até o momento.

Os servidores elencados nesta Moção se debruçaram sobre o projeto de PDL Gama e num trabalho hercúleo, onde foram despendidas horas e horas de discussão, proposição, redação e revisão, ofereceram à avaliação dos Deputados Distritais uma versão de Plano Diretor moderna, bem fundamentada sob o ponto de vista legal e condizente com a realidade do Gama.

Assim sendo, houvesmos por bem, nesta oportunidade, parabenizar os mencionados **servidores**, fazendo **justiça** ao trabalho exemplar que desempenharam na análise e consolidação do PDL Gama quando de sua tramitação nesta Câmara Legislativa.

Diante do exposto, rogamos aos nobres pares o apoio para a aprovação desta Moção.

Sala das Sessões, em.....

DEPUTADO WILSON LIMA
Autor



L I D O
Em 24 / 08 / 06
0003
fias6úiso^fij'íJaPnário

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do deputado Pedro Passos (PMDB)

00 3025/2006

MOÇÃO (DE CONGRATULAÇÃO) Nº

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

Parabeniza o Senhor JOSÉ TEIXEIRA DE SOUZA pelo importante trabalho a frente da Horta Comunitária do Paranoá, que contribui de forma ímpar para o desenvolvimento social e auxilia creches, instituições filantrópicas e famílias carentes, naquela cidade.

Senhor Presidente da CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL:

Com base no art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a presente Moção de Congratulação que tem por objetivo parabenizar o Senhor JOSÉ TEIXEIRA DE SOUZA pelo importante trabalho a frente da Horta Comunitária do Paranoá, que contribui de forma ímpar para o desenvolvimento social e auxilia creches, instituições filantrópicas e famílias carentes, naquela cidade.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção tem por objetivo prestar uma justa homenagem ao Senhor José Teixeira de Souza, pelos serviços prestados a comunidade e pelo extraordinário trabalho a frente da Horta Comunitária do Paranoá prestando ajuda e assistência à comunidade, especialmente, creches, instituições filantrópicas e famílias carentes.





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do deputado **Pedro Passos** (PMDB)

Esse **homem**, com seu **trabalho**, tem prestado ajuda à muitas **pessoas**, sempre com atenção e cuidado. A Horta Comunitária do Paranoá tem exercido um importante trabalho de distribuição de verduras e legumes, atendendo várias pessoas naquela que é maior necessidade para a sobrevivência: a alimentação.

É relevante ressaltar que a Horta Comunitária já existe há mais de 14 anos, e encontra-se situada já há muito tempo na **DF-001**, quadra 04. É de importância vital a manutenção e permanência da Horta Comunitária nesse local, haja vista que muitas pessoas dependem dessa doação para a sua subsistência.

O trabalho lá **desenvolvido** é um exemplo para todas as outras cidades do Distrito Federal, constituindo um **modelo** de assistência social a ser seguido.

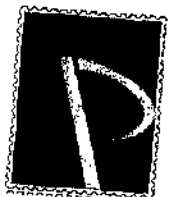
É meritória e **louvável** a presente homenagem uma vez que o referido Sr., mesmo diante de todas as dificuldades implícitas e a escassez de recursos, tornou-se um verdadeiro **líder** comunitário, atuando como poucos, na assistência social a pessoas carentes e na formação de uma sociedade mais humana, fraterna e caridosa.

Enfim, em face dos relevantes serviços prestados à comunidade e seu compromisso com o bem-estar social, da contribuição inquestionável à qualidade de vida em nossa cidade, o Senhor **José** Teixeira de Souza merece, como poucos, ser homenageado com esta **Moção**, constituindo um exemplo a ser seguido por todos nós.

Diante do exposto, rogo aos nobres pares apoio para a provação da presente Moção.

Sala das Sessões, em.....

DEPUTADO PEDRO PASSOS
AUTOR





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do deputado **Pedro Passos** (PMDB)

OF. nº /2006 - GMD Brasília, de de 2006.

Senhor José,

A **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL** manifesta votos de louvor à Vossa Senhoria, pelo importante trabalho a frente da Horta Comunitária do Paranoá, que contribui de forma ímpar para o desenvolvimento social e auxilia creches, instituições filantrópicas e famílias carentes, naquela cidade.. Esclareço que esta iniciativa foi objeto da **Moção nº /2006**, de autoria do **Deputado PEDRO PASSOS**, aprovada pelo Plenário desta Câmara Legislativa.

Nesta Oportunidade, apresento-lhe votos de estima e alta consideração.

Atenciosamente,

Deputado Fábio Barcellos

Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Ao Senhor
JOSÉ TEIXEIRA DE SOUZA
Presidente da Horta Comunitária do Paranoá
DF-001, Quadra 04
Paranoá - Distrito Federal





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PENIEL PACHECO
Sessão Solene Dia do Nutricionista

LIDO
Em 24/08/06
993
Assessoria do Plenário

RQ 2413/2006
REQUERIMENTO N°
(Do Deputado Peniel Pacheco - PDT)

Requer a realização de Sessão Solene no dia 01 de setembro de 2006, às 15h00, alusiva ao Dia do Nutricionista.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos dos art. 99, inciso IV, art. 124 e art. 145, inciso V, do Regimento Interno desta Casa, requero a Vossa Excelência, a realização de Sessão Solene no dia 01 de setembro de 2006, às 15h00, no Plenário, alusiva ao Dia do Nutricionista.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por escopo solicitar a realização de Sessão Solene alusiva ao Dia do Nutricionista.

O Nutricionista exerce um papel fundamental na vida em sociedade. Ele utiliza a ciência da nutrição e interpreta fatores culturais, biológicos, sociais e políticos com vistas a melhorar a alimentação, bem como a saúde e a qualidade de vida das pessoas, em todas as fases da vida.

O profissional de Nutrição é responsável por planejar programas de alimentação, preparar dietas e cardápios, supervisionar a produção de alimentos em cozinhas de indústrias e restaurantes, bem como acompanhar o regime alimentar de atletas.

O nutricionista pode atuar em diversas áreas e setores. No setor administrativo de uma empresa, indústria, hospital, hotel ou escola, o profissional gerencia a produção de alimentos. Na área de catering, pode elaborar cardápios para companhias aéreas e emissoras de televisão.

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
Recem em 23/08/06 às 15h00
Assinatura: [assinatura]
Matrícula: 171151



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PENIEL PACHECO
Sessão Solene Dia do Nutricionista.

Se optar por nutrição **clínica**, o profissional avalia o estado **nutricional** dos pacientes em ambulatórios, consultórios e hospitais e prescreve dietas de acordo com a enfermidade constatada.

No setor de **marketing**, o profissional pode desenvolver receitas e novos produtos alimentícios, promover degustações e organizar **cozinhas** experimentais. Na área de saúde pública, atua no planejamento de programas de merenda escolar e **alimentação**, em creches e postos de saúde.

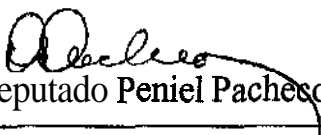
Se optar por nutrição esportiva, o nutricionista pode trabalhar em **clubes**, academias, confederações ou por conta própria. Neste caso, o **profissional** planeja cardápios e dietas adequadas às atividades físicas desempenhadas pelos atletas.

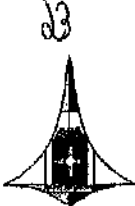
Devemos nos conscientizar que a função do nutricionista na comunidade é atuar, sobretudo, na busca de qualidade de vida, através **da** alimentação – informando e educando.

A Sessão Solene ora proposta, pois, objetiva iluminar a **importância** do nutricionista para a sociedade.

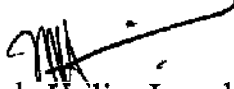
Nesse sentido é que submetemos este requerimento à análise dos nobres Pares, certos de que receberá boa acolhida ao longo de sua tramitação nesta egrégia Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em


 Deputado Peniel Pacheco	Deputado Aguinaldo de Jesus
Deputada Ariete Sampaio	Deputado Augusto Carvalho
Deputado Benício Tavares	Deputado Brunelli
Deputado Chico Floresta	Deputado Chico Leite



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PENIEL PACHECO
Sessão Solene Dia do Nutricionista

Deputado Chico Vigilante	Deputada Eliana Pedrosa
Deputada Érika Kokay	Deputada Eurídes Brito
Deputado Fábio Barcellos	Deputado Gim Argello
 Deputada Ivêlise Longhi	Deputado Izalci Lucas
Deputado José Edmar	Deputado Leonardo Prudente
Deputado Odilon Aires	Deputado Paulo Tadeu
Deputado Pedro Passos	Deputado Roney Nemer
Deputado Vigão	Deputado Wilson Lima

DATA RESERVADA NA AGENDA
GERAL DE EVENTOS: 19/6
HORARIO: 14h00min


Paulo Barbosa Pacheco
Assistente Legislativo - Cerimonial
Matr 11.680-40

**2 ORDEM DO DIA**

ITEM ÚNICO: Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do **PROJETO DE LEI Nº 2.479, DE 2006**, (Mens. nº 310, de 2006 - GAG), de autoria do Poder Executivo, que "Dispensa parcialmente o pagamento de créditos tributários relacionados com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, incidente sobre as prestações de serviços de comunicação, nas condições que especifica, e dá outra providência".

– Parecer favorável do relator da CEOF, Deputado Paulo Tadeu, acatando as emendas nºs 1, 2 e 3. **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).

- Parecer favorável do relator da CCJ, Deputado Chico Vigilante, nos termos do parecer da CEOF. **APROVADO** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).

-Votação do projeto em 2º turno. **APROVADO** com 17 votos favoráveis e 1 voto contrário. Houve 6 ausências.

– Apreciação da **redação final**. **APROVADA** nos termos do § 5º do art. 204 do Regimento Interno.

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Chico Floresta):

- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro Secretário, nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro Secretário